

## ***Nunca Mais: As representações dos relatos da tortura na imprensa do Brasil e da Argentina***<sup>1</sup>

Luana Chinazzo Müller<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

### **RESUMO**

Observar o posicionamento da mídia enquanto formadora da opinião pública e a forma como foram representados os livros *Nunca Mais* e *Brasil: Nunca Mais* nas imprensas brasileira e argentina; perceber como o não apoio do Estado brasileiro na produção e publicação do livro, diferente do que aconteceu na edição argentina, deslegitima-o ou não perante a imprensa nacional; e, por fim, se possível, reconhecer e refletir sobre o impacto da mídia no processo de abertura política e construção de memória no Brasil e na Argentina, são os objetivos que compõe minha pesquisa de mestrado. Nesta primeira parte do estudo, apresento a pesquisa bibliográfica feita até o momento, levanto questões e conjecturo hipóteses a serem respondidas, comprovadas ou apenas discutidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar; História da Imprensa; Agendamento.

### **1. Introdução**

Tudo foi vertiginoso. Do momento que me tiraram do carro até que começou a primeira sessão de “picana”, passou-se menos tempo do que eu estou levando em contar. Durante dias fui submetido à “picana elétrica” aplicada nas gengivas, mamilos, genitálias, abdômen e ouvidos. [...] Começaram então um espancamento sistemático e rítmico com varas de madeira [...] Nos intervalos entre as sessões de tortura, deixavam-me pendurado pelos braços em ganchos fixos à parede do calabouço onde me atiravam. (SÁBATO, 1984, p. 17-18).

[...] o método de tortura foi institucionalizado em nosso País, e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a respeito, sendo que, em uma delas o Interrogado e alguns companheiros, serviram de cobaias, aula esta que [...] foi ministrada para cem militares das Forças Armadas [...] que à concomitância da projeção dos “slide” sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados [...]. (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 31).

Os trechos acima são partes de relatos de ex-presos políticos sobre as torturas a que foram submetidos durante as ditaduras de segurança nacional na Argentina e no

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Mestranda em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) na linha de pesquisa Práticas Culturais nas Mídias, Comportamentos e Imaginários da Sociedade da Comunicação. Bolsista CAPES. E-mail: luachinazzo@gmail.com.

Brasil. Os livros *Nunca Más* (SÁBATO, 1984), da Argentina, e *Brasil: Nunca Mais* (ARQUIDIOCESE, 1985), do Brasil, relatam casos de torturas e mortes durante os regimes por meio de depoimentos daqueles que sofreram com a repressão. Dentre os relatos estão muitos tipos de atrocidades, desde uso de presos como cobaias em aulas de torturas para outros militares até torturas físicas e psicológicas em crianças e mulheres grávidas. Os tipo de torturas mais utilizados também são descritos nos livros que retomam um dos períodos mais marcantes da história da América Latina.

As opiniões sobre os regimes de segurança ainda hoje divergem, pelo menos no Brasil. Enquanto alguns defendem o governo militar por ter imposto ordem e avanços ao país, muitos também denunciam o período pelos crimes do Estado contra os opositores. Entretanto, é consenso que houve, como demonstram estudos nas áreas da História, da Psicologia e outras, diversos crimes contra os direitos humanos nos famosos porões da ditadura. (BAUER, 2006; PADRÓS, 2008; COIMBRA, 2001). Apesar das diferenças existentes entre as transições políticas argentina e brasileira, os dois países elaboraram informes ou relatórios, que deram origem aos livros citados, durante seus respectivos processos. Ambos os livros de relatos sobre esses crimes foram publicados logo após a abertura política nos dois países. Primeiro lançado na Argentina em 1984, uma versão brasileira do *Nunca Mais* foi publicada no Brasil no ano seguinte. (BAUER, 2008).

Como cada um dos informes foi recebido em seu país de origem? Como eles contribuíram, ou não, nas discussões que nortearam as aberturas políticas no Brasil e na Argentina? Este artigo, proveniente do projeto de dissertação da autora, além de reunir parte da pesquisa bibliográfica, levanta essas e outras questões que a pesquisa da autora busca responder. A troca com os pares se faz essencial para o processo que se inicia, por isso a importância em transformar um projeto de dissertação em artigo a ser discutido em evento da área. Há infinitos questionamentos dos campos da relação entre interlocutores, da ética e da responsabilidade dos media que essa pesquisa poderá levantar. Indiferente das respostas que sejam encontradas ao longo desta jornada, a análise dessas questões já se faz importante para a percepção da influência dos media na sociedade e do impacto dos media nas apreensões e posturas políticas. Se faz importante, também, para elucidar o momento político que vivemos no Brasil, quando demandas conservadoras têm ganhado destaque. Compreender as relações entre história,

mídia e poder é o centro dessa pesquisa, só assim conseguimos mapear a influência e impacto dos media em momentos importantes da nossa sociedade.

## 2. Nunca Mais na Argentina

Para contextualizarmos a escrita do relatório *Nunca Mais* na Argentina, é importante que apresentemos, ainda que brevemente, o processo de transição no país *hermano*. Para tal, é preciso destacar que a abertura política argentina, diferente de como aconteceu no Brasil, foi motivada por diferentes crises internas no Governo durante os sete anos de regime, culminadas pela derrota na Guerra das Malvinas, em 1982. O *Proceso de Reorganización Nacional*, nome que a ditadura recebeu no país, estabelecida em 24 de março de 1976, chegou ao fim logo após a humilhação argentina em uma guerra para qual os militares arrastaram um exército despreparado e sem os recursos necessários. No mesmo ano, os horrores da ditadura argentina começaram a se tornar público, por meio de depoimentos de vítimas que sobreviveram e militares arrependidos que davam detalhes sobre a repressão e os centros clandestinos. (NOVARRO e PALERMO, 2007; BAUER, 2006).

Ainda em 1982, a primeira eleição democrática em oito anos no país elegeu Raúl Alfonsín presidente. O novo líder de Estado promulgou, no ano seguinte, decretos que decidiriam o carácter da abertura política no país: anulou-se a auto-anistia instaurada pelos militares, organizou-se o processo à Junta Militar e criou-se a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP). Criada através do decreto 187, de 19 de dezembro de 1983, e parte de uma série de medidas instauradas por Alfonsín para concluir o processo de transição política, atendendo às demandas populares por justiça e verdade, a CONADEP seria responsável por produzir a obra *Nunca Mais* na Argentina. (BAUER, 2008).

Segundo o decreto 187, artigo 2, a CONADEP deveria (AGEITOS, 2002, p. 158-159 apud BAUER, 2006, p. 5, tradução nossa):

- “a) Receber denúncias e provas sobre atos e remetê-los imediatamente à Justiça, se estiverem relacionados com a comissão de delitos;
- b) Averiguar o destino ou paradeiro das pessoas desaparecidas, como também todas circunstâncias relacionadas com a sua localização;
- c) Determinar a localização de crianças retiradas de seus pais ou responsáveis por motivos de repressão ao terrorismo e intervir, em seu caso, em órgãos e tribunais de proteção de menores;
- d) Denunciar à Justiça qualquer intenção de ocultação, subtração ou destruição de evidências relacionadas aos fatos que se pretende esclarecer;

---

e) Emitir um relatório final, com uma explicação detalhada dos fatos investigados, em 180 dias a partir da constituição”

O informe, item E da relação, que daria origem ao *Nunca Mais*, foi entregue ao presidente Alfonsín em 20 de setembro de 1984. Em novembro do mesmo ano, a primeira edição foi disponibilizada ao público que esgotou os 40 mil exemplares em menos de um mês. Em 1985, a obra foi traduzido ao Português. Ao longo dos anos, a obra também ficou conhecida como *Relatório Sábado*, em referência ao escritor Ernesto Sabato que presidiu a CONADEP entre os 1983 e 1984. (BAUER, 2006).

### 3. Nunca Mais no Brasil

No Brasil, a ditadura de segurança nacional durou 21 anos, com auge nos chamados “anos de chumbo”, após a promulgação do AI-5<sup>3</sup>, em 1968. Entretanto, em 1973, o *milagre econômico*, que marcou, para muitos, os primeiros anos do regime, começava a ruir e uma crise de petróleo agrava esse cenário. Buscando conter as insatisfações, principalmente da elite econômica, Ernesto Geisel é indicado à sucessão da presidência com a missão que tentar restaurar a legitimidade do regime. O governo de Geisel foi marcado por conciliações, maior participação partidária e esforços para melhorar a imagem do regime no Brasil e no mundo. (MÜLLER, 2014). “Haverá repressão, sim, e dura, mas temperada com medidas de abertura, mesclada com gestos de abrandamento, tudo visando, em última instância, a manutenção do sistema instaurado em 1964”. (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 63).

Geisel tomou posse com a promessa de uma “lenta, gradual e segura” abertura política, mas seu governo não se distanciou muito dos antecessores, que também prometeram o retorno ao regime democrático. Ao contrário, durante seu mandato houve aumento no número desaparecidos políticos, e casos que marcariam a história nacional, como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. (BAUER, 2006). No fim do governo de Geisel, os números aproximados do regime militar apresentavam: “10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos de universidades por força do Decreto 477, e uma lista de

---

<sup>3</sup> O Ato Institucional Número Cinco (AI-5), instaurado em 13 de dezembro de 1968, instituiu os chamados “anos de chumbo” no Brasil. Os anos que se seguiram foram marcados pelas absolutas repressão, violência e supressão das liberdades civis. (ARQUIDIOCESE, 1985).

mortos e desaparecidos tocando a casa das três centenas”. (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 66).

Para a sucessão da presidência, Geisel indicou João Figueiredo, que tomou posse em 15 de março de 1979. Antes disso, em 1º de janeiro de 1979, o AI-5 é revogado, apesar de parte de seu conteúdo já ter sido incorporado na Constituição. Figueiredo seria o responsável pela promulgação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, que “[...] consolidou o espírito de conciliação: ficava previsto que a abertura não significava o questionamento do passado, além do compromisso de que o aparato repressivo não seria investigado nem julgado”. (BAUER, 2006, p. 3-4). Segundo Bauer (2014, p. 126), a Lei da Anistia:

[...] estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbrincados com a ditadura civil-militar. O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura “página virada” e, em última instância, uma ameaça à possibilidade de reciprocidade à anistia.

Contextualizado nesse cenário, o *Brasil: Nunca Mais* foi originado pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (CLAMOR), que atuou como uma rede de solidariedade em defesa dos direitos humanos no Cone Sul através de investigações e denúncias de violações entre 1977 e 1984. O projeto foi desenvolvido clandestinamente por meio de dados levantados dos processos apresentados por vítimas e famílias de vítimas da ditadura militar no Superior Tribunal Militar. O CLAMOR inicialmente reproduziu a totalidade dos processos que chegaram até ao Tribunal durante a ditadura militar dando origem aos projetos A e B. Posteriormente, o projeto B foi sintetizado por dois jornalistas contratados dando origem ao volume intitulado *Brasil: Nunca Mais*. (ABREU, 2001; BAUER, 2006).

#### 4. A pesquisa

Percebendo que na Argentina o *Nunca Más* é um documento oficial, produzido por uma comissão instaurada pelo Estado, e que a versão do Brasil foi organizada de forma clandestina sem apoio do Governo. Considerando também que os processos de abertura política nos países se deram de maneiras diferentes, enquanto no país vizinho os responsáveis pela violência do Estado foram julgados, em nosso país foi promulgada a Lei de Anistia, que concede anistia recíproca. O presente artigo apresenta o projeto de

pesquisa da autora para ingresso no Mestrado em Comunicação que visa analisar, por meio do estudo da imprensa de ambos países no período de publicação dos livros, como a opinião pública recebeu cada obra. Quais discussões cercaram os lançamentos, perspectivas positivas e negativas que foram debatidas, e quais as semelhanças e diferenças no agendamento da temática nos principais veículos impressos nos dois países. Para isso, o estudo propõe uma análise do discurso dos principais jornais de cada país, onde serão selecionados textos que abordem os relatórios *Nunca Mais*.

Como objetos da pesquisa, neste primeiro momento, foram escolhidos os jornais impressos *Folha de S. Paulo*, do Brasil, e *Diário Clarín*, da Argentina, dois jornais influentes no período a ser analisado e ainda nos dias de hoje. A *Folha* manteve-se na última década entre os três jornais com maior circulação no Brasil, variando de posição<sup>4</sup>, já o *Clarín* é o jornal com maior circulação na Argentina<sup>5</sup>. O corpus a ser analisado ainda não foi delimitado, mas é provável que se opte pela seleção de uma amostragem.

Considerando o papel político e social dos meios de comunicação como formadores de opinião pública, e, também, na construção do imaginário social e da memória coletiva, este estudo se apresenta como importante cientificamente para a compreensão do posicionamento da imprensa durante a redemocratização de dois dos países mais fortes na América Latina. Por mais que, nos últimos anos, as pesquisas comunicacionais sobre a ditadura militar tenham se multiplicado, ainda há muito campo para estudo e muitas questões a serem levantadas. Com esta pesquisa, defend-se que o estímulo ao olhar o passado de maneira analítica e crítica é a maneira mais eficaz de compreendermos a maneira com que nós, como sociedade, nos relacionamos com nosso passado, e como, ainda hoje, pautas como o retorno do regime militar estão em debate.

Assim, a relevância científica da pesquisa acompanha sua contribuição para o campo da comunicação ao colocar em discussão a construção de memória por meio dos processos de representação da mídia impressa sobre questões políticas e sociais. Os relatórios *Nunca Mais* são importantes instrumentos para compreensão do passado e a observação da maneira como a mídia de cada país recebeu e representou estas obras

---

<sup>4</sup> Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

<sup>5</sup> Dados do Instituto Verificador de Circulaciones (IVC). Disponível em: <<http://www.ivc.org.ar>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

conseguirá contribuir para percebermos como estas e a sociedade lidaram com as memórias da ditadura.

## 5. Fundamentação Teórica e Metodológica

Pensando na fundamentação teórica básica para a construção da pesquisa que propus, se faz necessário apresentar, ainda que resumidamente e de forma não aprofundada, alguns conceitos que nortearão o desenvolvimento deste estudo.

O primeiro deles é a hipótese da *agenda-setting*, conceito cunhado pelo autores McCombs e Shaw. O agendamento propõe que a mídia influencia os assuntos que estarão na agenda da opinião pública. Ao optar pelo que será noticiado e ao mesmo tempo o que não será, os meios de comunicação de massa determinam quais assuntos são relevante. A notícia não é um relato do real, mas sim, um marco que induz sua interpretação. Na hipótese do agendamento, os atributos têm papel central. Não se trata só do que se fala, mas, também, como se fala. A teoria considera o poder da mídia de influenciar na maneira em que pensamos os temas de interesse público. (MCCOMBS, 2006).

O enquadramento é considerado por alguns autores como a evolução do agendamento. A teoria dos *frames* se relaciona a do agendamento, ao serem considerados os atributos da notícia. Mouillaud (2002 apud MENDONÇA; SIMIÕES, 2012) explica que os quadros, ao mesmo tempo em que destacam algum aspecto do evento, produzem *regiões de sombra*, ao cortarem da moldura outros aspectos, constituindo a dimensão política do enquadramento. Ainda de acordo com Mouillaud (1997), as notícias constituem-se como resultado de um conjunto interrupto de transformações, permanecendo ligado aos contexto sociais e culturais que as permeiam.

Wolf (2003), quando fala dos critérios de noticiabilidade, explica que a escolha sobre o que notícias e como noticiar é resultante da cultura e dos valores do profissional de jornalismo e, também da veículo de comunicação. “Sendo assim, o produto informativo parece ser resultado de uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, que têm por objeto o que deve ser inserido e de que modo dever ser inserido no jornal [...]”. (WOLF, 2003, p. 200). Fausto Neto (1999, p. 16), reforça que “[...] as mídias vão, não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas

mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, mas também se faz nelas".

Percebendo discurso enquanto construção social, devemos analisar o contexto histórico-social e as condições de produção. Segundo Foucault (2007, p. 8-9) “[...] em toda a sociedade a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”. Os discursos podem ser compreendidos como campos de disputas de vários sentidos que “lutam por estabelecer verdades, por excluir do campo da significação outros significados”. (SILVA, 2012, p. 14 apud PINTO JARDIM, 1999, P. 74).

Outro conceito importante para compor o quadro teórico deste trabalho é o de Memória, uma vez que a pesquisa busca, em última instância, perceber como a mídia contribui para a construção da memória coletiva. Pollack (1992) explica que a memória está relacionada à percepção da realidade. Entretanto, por mais que, inicialmente, seja um fenômeno individual, ela deve ser percebida principalmente como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e passível à transformações. Ao afirmar que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, Pollack (1992, p. 5) ainda destaca que a memória, tanto individual, quanto coletiva, é seletiva: “Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”.

Pollack (1992) afirma que há uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Morigi et al. (2015) reforça que a memória é formadora de identidade social. Destaca ainda que, além das relações interpessoais e com o ambiente, as informações a que o indivíduo tem acesso são importantes na estruturação de memória coletiva. Assim, os meios de comunicação são fundamentais na construção da memória social, ao contextualizar e significar os acontecimentos. Silva (2012) contribui ainda ao afirmar que a passagem da memória do particular para o universal só é possível por meio de um discurso legitimador.

Mas Pollack (1989) alerta para as disputas no campo da memória. Há sempre uma memória que contrapõe a memória oficial. Esta é a memória das minorias, dos marginalizados. A memória subterrânea, como o autor chama, permanece em silêncio, até um momento de crise, quando ganham voz. Nesse momento, a memória entra em disputa de sentido. É nessa disputa de sentido que, segundo Pollack, surgem os objetos de pesquisa. Quanto ao foco das pesquisas, o autor disserta, ainda, que a abordagem

deve buscar os processos e atores que influenciam na constituição e formalização da memória coletiva.

Por fim, é relevante conceituar o termo Imaginário, já mencionado anteriormente neste texto. Silva (2003, p. 11-12), na obra *As Tecnologias do Imaginário*, compara o termo a um reservatório que reúne imagens, sentimentos, experiências, etc., por meio dos quais é sedimentada uma forma de ser, agir e sentir. “O imaginário é uma distorção involuntária do vivido que se cristaliza como marca individual ou grupal. [...] o imaginário emana do real, estrutura-se como ideal e retorna ao real como elemento propulsor”. Os indivíduos seria, ao mesmo tempo, submetidos a um imaginário preexistente e disseminadores de imaginários. Embora o indivíduo esteja submetido ao imaginário social, a construção deste como imaginário individual se dá por meio da identificação, da apropriação e da distorção. Já o próprio imaginário social baseia-se no contágio: há a aceitação da lógica do grupo, há disseminação da mesma e, por fim, há a imitação.

Considerando que uma pesquisa está em constante evolução, devendo ser ajustado mediante necessidades ou restrições metodológicas que podem surgir no decorrer do trabalho, e que o método não deve ser algo inflexível, mas que deve estar em constante diálogo com outros métodos na formulação de uma metodologia única, de acordo às necessidades do objeto estudado (BONIN, 2011), apresento a metodologia a ser utilizada com devidas ressalvas a possíveis mudanças. Assim sendo, a pesquisa proposta deve considerar um aprofundamento da pesquisa bibliográfica para o levantamento de estudos sobre a temática proposta. Em segundo momento deve prever a pesquisa na mídia impressa, mais especificamente nos objetos de pesquisa escolhidos, para seleção do corpus a ser analisado.

A metodologia central da pesquisa é a Análise de Discurso francesa (AD) que é adequada às pesquisas com grande volume de textos, o que é a tendência do projeto que proponho. Ela se baseia na repetição de palavras, que ao serem observadas, podem ser agrupadas em núcleos de sentido. (ORLANDI, 2001; BENETTI, 2007). Segundo Verón (apud MALDONADO, 2001), a AD supõe confrontar o discurso com suas condições de produção ou de reconhecimento. Para esse estudo proponho o primeiro, relacionar discurso com condições de produção, já que minha preocupação fundamental é perceber a construção do discurso da mídia e por consequência a construção de memória social.

Considerando a intersubjetividade dos discursos, ou seja, que o dialogismo é permeado por relações entre sujeitos, e que o sentido se faz na relação entre o enunciador e o leitor, percebemos esse discurso como não literal e aberto a diversas interpretações. A intersubjetividade pressupõe que sejam considerados na análise, os momentos histórico, social e cultural de quem escreve e de quem lê. Os discursos, portanto, teriam duplo sentido, o primeiro que seria o literal, o que está explícito no enunciado, e o segundo que seria o conteúdo implícito, que muitas vezes não foi manifestado no objeto discursivo, mas existe como um lugar de sentidos múltiplos que dependem dos fatores citados acima para ser codificado. Analisar discursivamente um texto é construir sentido, sem esquecer que o próprio ato de interpretar também é carregado de significação. (CHARAUDEAU, 2010; BENETTI, 2007). “O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário”. (BENETTI, 2007).

## 6. Considerações parciais

Considera-se necessário reforçar o caráter inicial da pesquisa aqui exposta. Ela se faz pública, por meio deste artigo, visando a troca entre pares e a discussão dos objetivos geral e específicos que o projeto intenta e dos problemas que o estudo levanta. Neste primeiro momento, por meio da pesquisa bibliográfica, percebemos que os dois relatórios que a pesquisa considera, *Nunca Mais* (SÁBATO, 1984) e *Brasil: Nunca Mais* (ARQUIDIOCESE, 1985), foram feitos em contextos histórico e políticos diferentes. Mesmo que, em ambos os países, o período era de abertura política, esta aconteceu de maneira praticamente oposta em cada território. Enquanto na Argentina a lei que previa a auto-anistia da Junta Militar foi revogada, e houve um esforço do Estado em esclarecer o passado e responsabilizar os repressores. No Brasil, o cenário foi de conciliação, com a ideia central da Lei de Anistia focada em “virar a página”, equiparando e perdoando militares e opositores, como se os pesos do Estado e da clandestinidade fossem os mesmos.

Se, na Argentina, o primeiro presidente eleito, Raúl Alfonsín, anulou a Lei de Anistia criada pelos militares, no Brasil, dentre várias propostas, foi a encaminhada por Figueiredo, último presidente militar, a que virou lei. Sabe-se que durante o processo de abertura brasileiro, que procedeu o argentino, havia o medo de uma “argentinização” em

---

relação aos militares, ou seja, que os julgamento aqui, punissem os responsáveis pelas mortes, torturas e desaparecimentos, como estava sendo feito no país vizinho. Mas não, aqui prevaleceu a equiparação das responsabilidades, a ideia de dois lados que lutaram e cometeram seus crimes. Mas além da diferença na culpabilidade, a Lei de Anistia brasileira contribuiu para uma política de *desmemoria*, que é a não discussão, o silenciamento sobre um período. (BAUER, 2014).

Nesses cenários quase contrários, minha hipótese é que a maneira como cada relatório foi recebido pela imprensa de seu país também foi diferente. E que essa diferença influenciou as discussões que cercaram a abertura política e as construções de memória, ou desmemoria, de cada país. Embora essas e outras questões tenham sido levantadas por este artigo, as respostas ainda dependem de um longo percurso de análise. Este é só o primeiro passo de uma pesquisa que busca contribuir para a compreensão das relações entre a mídia, o poder e a história na América Latina.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de et. al. (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v.1.
- ARQUIDIOCESE, DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BAUER, C. S. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista História Comparada**. Rio de Janeiro, v. 2 n.1. 2008.
- BAUER, C. S. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. andar** : terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964 -1982). Porto Alegre: UFRGS, 2006
- BAUER, C. S. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Revista Diálogos**. Maringá , v. 18, n.1, p. 121-145, jan.-abr. 2014.
- BENETTI, M. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Métodos de pesquisa em Jornalismo**. Porto Alegre: Vozes, 2007.
- BONIN, J. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, A. E. [et al]. **Metodologia de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2010.
- COIMBRA, C. M. B. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 6, n. 2, p. 11-19, jul.-dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a03.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.
- FAUSTO NETO, A. **Estudos sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker, 1999.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Loyola. São Paulo: 2007.
- MALDONADO, E. Teorias da comunicação na América Latina. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- MC COMBS, M. **Estableciendo la agenda: el impacto de los medios en la opinión pública y en el conocimiento**. Buenos Aires: Paidós, 2006
- MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.27, n.79, 2012.
- MORIGI, V. J. H.; MASSONI, L. F. H.; ENGELMANN, S. I. ; VIANA, A. W. **Transparência no Acesso à Informação e as Memória Virtuais da Ditadura Militar no Site Brasil: Nunca Mais Digit@l**. Biblionline (João Pessoa), v. 11, p. 173-184, 2015.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

---

MÜLLER, L. C. **O agendamento das comemorações de aniversário golpe militar de 1964 nas páginas de Zero Hora**. 2014. 106 F. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharela em Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

NOVARRO, M.; PALERMO, V. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. Tradução Alexandra de Mello e Silva – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

ORLANDI, E. P. A análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, 2011.

PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C. et al. (Org.) **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

POLLACK, M. Memória da Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SÁBATO, E. **Nunca mais**. Porto Alegre: L&P Editores, 1984.

SILVA, A. L. C. A memória como “bem simbólico”: discursos, competências e legitimação. In: VIEIRA, E. M. Et al. (Org.) **A construção da Memória Política**. Pelotas: UFPEL, 2012.

SILVA, J. M. (da). **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.